

Psicanálise como direito

Thiago P. Majolo

Resenha de Elizabeth Ann Danto, *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social*, São Paulo, Perspectiva, 2019, 421 p.

Em 1919, no V Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste (Hungria), Sigmund Freud apresentou seu artigo “Caminhos da psicoterapia psicanalítica” para aqueles que vieram as ser conhecidos mais tarde como as duas primeiras gerações de psicanalistas. Esse texto, que ainda é uma referência para o debate da clínica social, trazia o seguinte apelo de Freud: “A consciência da sociedade irá despertar, e fará com que lembremos de que o pobre deve ter tanto direito à assistência para sua mente quanto dispõe agora do auxílio oferecido pela cirurgia a fim de salvar a sua vida” (p. xx).

Na sua fala, Freud faz um chamado à consciência social de seus pares e do estado, buscando conduzir a psicanálise para a esfera da saúde pública, tratando-a não como um privilégio, mas como um direito. Essa proposta também deslocava o debate teórico para o campo da clínica e para a ampliação da oferta de tratamento. Esse movimento estratégico de Freud nos mostra sua aguda atenção às novas configurações sociopolíticas da Europa após a Primeira Guerra Mundial,

que viu a derrocada dos Antigos Regimes monárquicos e a ascensão da social-democracia.

Essa história é conhecida, faz parte das ainda atuais inquietações quanto à dimensão política da psicanálise. O que não se conhecia, porém, são as reverberações desse chamado de Freud em sua própria época. Como essa fala incidiu nos psicanalistas próximos a ele num momento em que a Europa inteira transformava radicalmente as antigas estruturas abaladas pela Primeira Guerra Mundial? Foi seguindo o esteio dessa pergunta que a historiadora e professora emérita do Hunter College – City University of New York, Elizabeth Ann Danto construiu seu objeto de pesquisa. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social* foi lançado em 2005 e publicado em português em 2019, pela editora Perspectiva.

Ao reunir e analisar extensa documentação, Elizabeth conclui que “A evidência histórica oral e escrita, ainda que fragmentada, confirma que o movimento psicanalítico, nos seus primórdios, foi construído em torno de um núcleo político progressista, intimamente ligado ao contexto cultural da Europa Central entre 1918 e 1933, e que as clínicas ambulatoriais gratuitas eram uma implementação dessa ideologia” (p. xxxix). Pois é sobre a história, ou melhor, as múltiplas histórias dessas clínicas ambulatoriais nascidas na Europa Central no período entre guerras, motivadas pelas falas de Freud e levadas adiante por iniciativa de inúmeras pessoas ligadas ao movimento psicanalítico, que Elizabeth vai se debruçar em seu livro vencedor do prêmio Goethe.

A filosofia e a historiografia muito se detiveram sobre a teoria psicanalítica ao longo dos anos, promovendo importantes estudos de cunho mais epistemológico e genealógico dos conceitos freudianos e de seus sucessores, o que transformou o conhecimento psicanalítico essencial nos meios acadêmicos e, também, popularizou seu vocabulário e seu modo de enxergar o sujeito nos contextos sociais, políticos e principalmente familiares.

De modo diverso, a trajetória das mulheres e dos homens que construíram esses conceitos, seus ideais, suas ações e as estruturais e conjunturas

Thiago P. Majolo é psicanalista e mestre em história social pela Universidade de São Paulo (USP), membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e membro da comissão de Debates da revista *Percurso*.

a que estavam expostos e que os influenciaram sempre foi um objeto de menor preocupação desses estudos. Não raro a teoria psicanalítica e mesmo sua clínica ganharam ares universalistas e a-históricos, sob um suspeito véu de neutralidade política e ideológica. A própria prática clínica – corporificada nas salas de consultório – ou o corpo dos analistas sofreu um encurralamento estéril nessa confusão entre neutralidade e abstinência clínica. O desconhecimento da história das ações sociais e políticas das mulheres e homens por detrás dos psicanalistas das primeiras gerações muito contribuiu para se criar a ideia de uma psicanálise que se absteve e, portanto, deveria se abster do espírito de sua época.

Nada disso, porém, impediu o surgimento de inúmeras instituições, de iniciativas públicas e privadas e de analistas declaradamente engajados nas mais diversas ideologias sociopolíticas em prol da justiça social, em defesa dos direitos humanos e de partidos ou regimes democráticos, assim como não impediu o engajamento de outros tantos em regimes totalitários e de exceção, de participação em causas messiânicas, religiosas, ou em processos de massificação excludentes, sempre sob a insígnia e munidos de ferramental psicanalítico. A suposta a-historicidade neutra do movimento psicanalítico acaba invariavelmente retornando como uma farsa.

O que Elizabeth faz em seu livro é construir a dimensão histórica das duas primeiras gerações de psicanalistas, inserindo-os no contexto efervescente do entre guerras, no qual o comunismo e a social-democracia nascentes no mundo entravam em confronto com as antigas elites eclesiásticas e monárquicas. Seguindo a pista de um conhecido documento – o artigo de Freud no Congresso de Budapeste –, e emoldurada pelo ideário proposto por ele, Elizabeth puxa num fio associativo vasta documentação que faz retornar um recalcado na história do movimento psicanalítico. Vale então conhecer de que se trata esse recalcado, por quais caminhos ele se ocultou da consciência e por quê.

Em 1920, foi fundada a policlínica de Berlim (Alemanha), a primeira das clínicas ambulatoriais

a oferecer tratamento psicanalítico gratuito. Motivada pelo chamado de Freud no Congresso de Budapeste, a clínica de Berlim inaugurou um movimento que capturou o espírito progressista da época e as profundas transformações culturais advindas do modernismo europeu. A arquitetura ficou ao encargo do filho de Freud, Ernest, que, inspirado nos modernistas, mudou radicalmente o que se conhecia até então como um consultório psicanalítico, principalmente o estilo carregado de Freud. As salas da policlínica de Berlim eram minimalistas, o divã era simples, e o prédio em si era organizado de modo a deixar pacientes e analistas mais próximos, numa configuração menos hierárquica.

Entusiasmado com a policlínica de Berlim, Freud e outros analistas passaram a trocar cartas e fazer pressão junto aos governantes e entusiastas do movimento psicanalítico para encontrar meios de disseminarem as clínicas ambulatoriais em outras cidades europeias. A Europa após a Primeira Guerra Mundial estava depauperada, o número de indigentes, trabalhadores de baixíssima renda e pessoas empobrecidas pelo conflito era grande. Mesmo a burguesia nascente, da qual Freud fazia parte, havia visto seu capital se esvaír durante a guerra, e nesse contexto as clínicas poderiam atuar como centros de transformação social.

O avanço da social-democracia e do socialismo fez com que Viena (Áustria) passasse a ser conhecida nesse período como a Viena Vermelha. E, em 1921, o Ambulatorium abriu suas portas na cidade. Seguindo a mesma ideologia da policlínica de Berlim, o Ambulatorium de Viena funcionava numa área desativada dentro da ala de cardiologia do Hospital Allgemeines. Cinco anos mais tarde, em 1926, a Clínica de Londres (Inglaterra) também seria inaugurada, além de uma série de outras iniciativas em sete cidades, de Londres a Zagreb (Croácia).

Elizabeth Ann Danto narra em minúcias o surgimento de todos esses empreendimentos: seus financiadores, suas dificuldades junto ao governo, a origem e biografia de seus membros, de modo que o leitor vê surgir diante de seus olhos

um impressionante mosaico de cartas, papéis da burocracia estatal, fotos, fichas de pacientes entre outros documentos do período entre guerras, que mostram analistas longe de seus consultórios e perto das ruas das cidades, com sua preocupação voltada à construção de uma nova Europa, com a qual a psicanálise tinha muito a contribuir.

Movimentos pela modernização da educação infantil inspirados pelas ideias do jardim da infância de Maria Montessori, a arquitetura modernista nos novos conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, o nascimento de uma burguesia social-democrata, o avanço das ideias da Escola de Frankfurt e do marxismo materialista... Tudo isso compõe um caldeirão de novidades no qual os psicanalistas se inseriram para debater e contribuir, absorvendo muitas novas ideias. Grande parte dos analistas era social-democrata, outra parte era socialista, outro grupo importante discutia a teoria psicanalítica sob o viés marxista, e assim formavam um conjunto de pessoas majoritariamente progressistas dentro do movimento psicanalítico, atentos às novas formas possíveis de configuração de um estado de bem-estar social.

A sociedade psicanalítica se montou centrada nas clínicas, voltada para a sobrevivência desses centros ambulatoriais. Os debates clínicos floresceram: seria benéfico um paciente ser atendido de graça? Qual seria a duração das sessões? O que a pobreza tinha a ver com a neurose? Os ambulatorios seriam clínicas-escolas ou sociais? Essas entre outras tantas questões ainda atuais ocuparam as duas primeiras gerações de psicanalistas. Diferentes entre si, os centros de atendimento trouxeram muitas propostas de trabalho. Dito de maneira geral, o serviço dos ambulatorios passou a ser gratuito para quem assim precisasse, e o pagamento ou não e o valor a ser pago eram tratados como questões clínicas e da assistência social. Os jovens analistas em formação recebiam gratuitamente análise didática com o compromisso de trabalharem na clínica por dois anos ou contribuir com uma quantia em dinheiro caso se ausentassem. Estabeleceu-se também por certo período um sistema de vales, em

que o analista que não pudesse cumprir horários nos ambulatorios deixava um vale em seu nome para ser trocado por sessões em seu consultório. Melanie Klein, Sándor Ferenczi e quase todos os demais analistas, incluindo Freud, trabalharam gratuitamente nas clínicas públicas, que atendiam majoritariamente pessoas pobres ou menos remediadas.

As regras de funcionamento e o modo de financiamento variavam entre os ambulatorios, mas *grosso modo* mobilizaram tanto o poder público quanto privado na criação de centros ambulatoriais públicos e gratuitos. Essa proposta, no entanto, encontrou focos de resistência externos e internos ao movimento psicanalítico. Por um lado, os analistas engajados sentiam dificuldades no financiamento e na manutenção das clínicas, ao mesmo tempo que eram atacados pelo meio médico, que enxergava a psicanálise como um método perigoso e capaz de roubar-lhes parte do espaço e prestígio social. Além disso, grupos mais à esquerda acusavam os sociais-democratas de oportunismo e em parte de assistencialismo. Internamente, travava-se uma batalha entre aqueles que desejam que a psicanálise e os psicanalistas se mantivessem numa posição de neutralidade sociopolítica e aqueles que acreditavam na tomada de posição, sendo Freud um ator ambíguo nesse cenário.

Danto se vale de todos os documentos possíveis a fim de alinhar a história que quer contar. Seguindo uma tradição historiográfica tipicamente estadunidense, aborda seu objeto de pesquisa com base em uma vastíssima documentação. Se por vezes a leitura pode ser exigente, e o leitor pode se perder na imensidão de personagens, fatos, cidades, instituições e conflitos, a sua escrita é também fluida e quase vertiginosa. O resultado do livro, por si só, é a constituição de um acervo que, antes fragmentado e por vezes oculto, agora está acessível a quem quiser conhecer a história do movimento psicanalítico do entre guerras e parte relevante da biografia de seus membros.

A autora segue uma linha estrutural muito influenciada pelo marxismo para costurar e

analisar sua documentação. O leitor se depara com sua análise histórica enquadrada dentro do viés das lutas de classes e dos conflitos de poder como máquina propulsora da história. Claramente, a autora se identifica com o movimento progressista que influenciou os psicanalistas da época, o que fica explícito em suas observações pessoais sobre o fenômeno que estuda. Como sabemos que a historiografia não é jamais imparcial, isso não constitui um problema. Mas certamente deixa alguns personagens em situação delicada.

Quem mais sofre, provavelmente, é Ernest Jones. Sempre reticente quanto à postura política de seus pares, chega a escrever para Freud dizendo que ele poderia seguir o caminho político que quisesse, mas que se abstivesse de declarar publicamente suas opiniões, sob o risco de a psicanálise ficar identificada com um movimento político e presa a um grupo. Ao que fica sugerido, foi Jones, responsável pela biografia de Freud e testemunha oficial dos primeiros momentos do movimento psicanalítico, um dos mais importantes operadores do recalque dessa história política e socialmente engajada das duas primeiras gerações de psicanalistas. No entanto, não podemos imputar apenas a Jones essa atitude. É notório o quanto o próprio Freud era bastante hábil em disfarçar partes significativas de sua biografia e do movimento psicanalítico. Ele se mostra particularmente preocupado em desvincular psicanálise de qualquer governo, assim como se preocupou em não a vincular ao judaísmo.

Com o avanço do nazismo nos anos 1930, rapidamente os ambulatórios vão sendo desmontados ou cooptados. Anna Freud e Jones creem ser possível manter vivo o movimento nas fimbrias do poder de Adolf Hitler, o que obviamente

não conseguem. Entre destruir a teoria e a clínica psicanalítica e transformá-la em arma de alienação das massas, o nazismo opta pela segunda opção, apoiando-se então nas teorias de Carl Jung para legitimar um suposto caráter heroico de Hitler. A proposta das clínicas passa a ser atender os indivíduos desviados para discipliná-los ou, em último caso, diagnosticá-los como impresentáveis à política totalitária nazista. O triste fim dos ambulatórios gratuitos marca um momento de extrema tensão entre os psicanalistas e entusiastas da psicanálise, alguns deles adeptos ao regime de Hitler. Marca também o final da vida de Freud que, depois de larga reticência, se exila em Londres.

Nesse livro de impressionante pesquisa e coragem, a autora nos leva a uma viagem minuciosa e apaixonante por um dos períodos mais profícuos da história da Europa Central, principalmente no que tange o nascimento das políticas públicas de assistência social. Certamente nos convoca a pensar no chamado de Freud ao propor tratamento da saúde mental como um direito, o que ainda não se concretizou. Ao fim, avaliando as posturas engajadas de uns e aparentemente neutras de outros, o leitor fica com uma dupla sensação: a de que há uma grande potência latente de transformação social na atitude cidadã da psicanálise, ao mesmo tempo que cabe às instituições psicanalíticas – tanto quanto aos próprios psicanalistas – a vigilância atenta aos desmandos dos governos de plantão, sejam eles quais forem. Certa autonomia crítica, o que é diferente de neutralidade, parece ainda fundamental para que a teoria e a clínica psicanalítica prossigam florescendo. Ou seja, exigir dos governos é diferente de estar a serviço deles.